

Administração Financeira e Orçamentária

Prof. Evandro França



Master Juris

www.masterjuris.com.br

Créditos Orçamentários :

Conceito: são **autorizações** para a realização de despesas. Determinam o **valor máximo (limite)** a ser gasto pelo governo naquele exercício.

A LOA é organizada na forma de **créditos orçamentários**, aos quais são consignadas **dotações**.

Vejamos então:

Crédito: Conjunto de **classificações e contas que especificam as ações orçamentárias** a serem executadas.

Dotação: **limite financeiro** disponibilizado ao crédito.

OBS: Concluimos então que cada Crédito Orçamentário possui uma Dotação (limite de gasto) consignada a ele.

Tipos de Créditos Orçamentários:

1) **Iniciais/Originários/Ordinários:** fixados inicialmente na LOA.

2) **Adicionais:** não fixados inicialmente na LOA. São retificações ocorridas no orçamento, dentro do exercício financeiro, que se destinam a adequar a LOA às mudanças no planejamento governamental.

Definição: segundo o Art. 40 da Lei 4320/64, créditos adicionais são **autorizações** de despesas **não computadas** ou **insuficientemente dotadas** na lei orçamentária.

Espécies de Créditos Adicionais:

a) **Suplementares:** destinados a **reforço** de dotação orçamentária (Lei 4320/64, art. 41, I);

b) **Especiais:** destinados a despesas para as quais **não haja dotação orçamentária** específica (crédito novo). (Lei 4320/64, art. 41, II);

c) **Extraordinários:** destinados a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de **guerra, comoção interna** ou **calamidade pública**. (Art. 41, III cc CF. art. 167, § 3º).

Art. 46, Lei 4320/64” O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.”

Autorização e Abertura dos Créditos Adicionais:

1) Créditos Suplementares e Especiais:

A Lei 4.320/1964 determina, em seus artigos 42 e 43, que os **créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto executivo**, dependendo de prévia autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis e precedida de exposição justificada.

“Art. 42. Os créditos **suplementares e especiais** serão **autorizados por lei** e **abertos por decreto executivo**.” (**Suplementares** podem estar **autorizados na LOA**, conforme previsão no Art. 165, par. 8º, CF/88)

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.”

OBS: Na União, para os casos onde haja necessidade de autorização legislativa para os créditos adicionais, estes são **considerados autorizados e abertos com a sanção e publicação da respectiva lei**, conforme disposto no **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**.

2) Créditos Extraordinários:

O artigo 44 da Lei nº 4.320/1964 regulamenta que os **créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do poder executivo e submetidos ao poder legislativo correspondente**. Na **União**, esse tipo de crédito é aberto por **medida provisória do poder executivo** e submetido ao Congresso Nacional (CF. Art. 167 § 3º).

“Art. 44. Os créditos extraordinários serão **abertos por decreto do Poder Executivo**, que deles dará **imediato conhecimento ao Poder Legislativo**.” (Na **união** a abertura de tais créditos se dá por **medida provisória**, o que pode ocorrer em outros Entes, caso haja previsão em suas Constituições ou Leis Orgânicas).

Vigência dos Créditos Adicionais:

A vigência dos créditos adicionais **restringe-se ao exercício financeiro** em que foram autorizados, **salvo os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro**, que **poderão** ter seus saldos **reabertos (prorrogados)** por instrumento legal apropriado, para **vigerem até o término do exercício financeiro subsequente**.

Resumindo:

Regra: término do exercício financeiro em que for autorizada a abertura.

Exceção: prorrogação para o próximo exercício.

“Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.”

Fontes para abertura de créditos adicionais:

Art. 167, CF: “São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”

OBS: é importante sabermos que há a **obrigatoriedade de indicação da fonte de recursos** para abertura dos **créditos suplementares e especiais**, porém **não há essa obrigatoriedade para os créditos extraordinários**, dadas as características dessas despesas (**imprevisíveis e urgentes**).

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, deste que não comprometidos;

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Artigo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, em 4/5/1964). “

Fontes:

a) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do **ano anterior**, resultante da diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais reabertos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Esse superávit deve ser apurado por fonte de recursos e quando vinculado deve ser aplicado na finalidade específica (Art. 43 da Lei 4320/64);

b) Os provenientes de excesso de arrecadação, ou seja, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, deduzindo os valores dos créditos extraordinários abertos. (Art. 43 da Lei 4320/64);

Fontes:

a) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do **ano anterior**, resultante da diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais reabertos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Esse superávit deve ser apurado por fonte de recursos e quando vinculado deve ser aplicado na finalidade específica (Art. 43 da Lei 4320/64);

b) Os provenientes de excesso de arrecadação, ou seja, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, deduzindo os valores dos créditos extraordinários abertos. (Art. 43 da Lei 4320/64);

c) Os resultantes da anulação parcial ou total de dotações (remanejamentos) orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei. (Art. 43 da Lei 4320/64);

d) O produto de operações de créditos (empréstimos) autorizadas de forma que, juridicamente, possibilite o poder executivo realizá-las. (Art. 43 da Lei 4320/64);

e) Recursos objeto de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária (**recursos livres**) que fiquem sem destinação podem ser utilizados como fonte hábil para abertura de créditos especiais e suplementares, mediante autorização legislativa (§ 8º do artigo 166 da CF);

f) Reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º LC 101/2000 cc Art. 8º da Portaria Interministerial 163/2001).

Questões de Concursos:

1) (UnB/CESPE – MPU – 2010 Controle Interno) Os créditos adicionais são somente aqueles destinados a autorizações de despesas incluídas na LOA que não foram suficientemente dotadas.

2) (UnB/CESPE – MPU – 2010 Controle Interno) Quanto à finalidade, os créditos suplementares são reforços para a categoria de programação contemplada na LOA, enquanto os créditos especiais e os extraordinários atendem a despesas imprevisíveis e urgentes.

3) (TCE) É requisito indispensável para abertura de créditos suplementares e especiais:

- a) A efetiva programação orçamentária e financeira;
- b) O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial;
- c) A prévia autorização legislativa;
- d) O excesso de arrecadação e a reserva de empenhos;
- e) A existência de despesas urgentes e imprevisíveis.

4) São autorizados por lei e abertos por Decreto do Poder executivo:

- a) Todos os créditos adicionais;
- b) Os créditos especiais e extraordinários;
- c) Os créditos especiais e suplementares;
- d) Somente os créditos suplementares;
- e) Os créditos suplementares e extraordinários.

5) (TCE – RJ) De acordo com o art. 41 da Lei 4.320/64, os créditos adicionais classificam-se:

- a) Superavitários, deficitários e especiais;
- b) Suplementares, especiais e extraordinários;
- c) Iniciais, complementares e extra-orçamentários;
- d) Originários, derivados e extraordinários;
- e) Ordinários, por estimativa e globais.

6) (UnB/CESPE – Contador/Correios – 2011) Os créditos extraordinários abertos no exercício devem ser subtraídos para a apuração dos recursos decorrentes de excesso de arrecadação a serem utilizados na abertura de créditos especiais.

7) (CESPE/UnB – PF-ADM/2014) Considere que, na fronteira entre Brasil e Bolívia, incidentes envolvendo membros das forças de segurança brasileira e traficantes tenham demandado operações extras da Polícia Federal na região e que, apesar de o orçamento prever recursos para essas operações, eles não sejam suficientes para financiá-las. Nessa situação, os recursos adicionais necessários devem ser providos por meio da abertura de créditos extraordinários.

8) (Analista/Supeq/Esaf/2010) Assinale a opção falsa a respeito dos créditos adicionais de que tratam os artigos 40 a 46 da Lei n. 4.320/64.

- a) Crédito extraordinário é uma das classificações de créditos adicionais.
- b) Créditos especiais e suplementares são autorizados por lei.
- c) Créditos suplementares não podem ser abertos sem a indicação da fonte de recursos.
- d) Os créditos suplementares abertos no exercício não podem exceder a um terço daqueles originalmente consignados na lei orçamentária.
- e) O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial pode ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Gabarito:

- 1) Errada.
- 2) Errada.
- 3) Letra c.
- 4) Letra c.
- 5) Letra b.
- 6) Certa.
- 7) Errada.
- 8) Letra d.